

Em setembro deste ano, a crise econômica mundial iniciada pela quebra do banco Lehman Brothers completou dez anos. Apesar de todos os planos econômicos apresentados pelos governos dos países imperialistas e semicoloniais a crise não diminui, pelo contrário aumenta.

O governo Trump “vende” o píffio crescimento do PIB dos EUA como sendo resultado de sua política econômica nacionalista e de guerra de mercado contra a China. No entanto, até o FMI indica que em 2019 esse “crescimento” não se sustenta.

O encontro do G-20 mostrou que o imperialismo quer jogar o ônus da crise sobre os países semicoloniais e os governos desses países acatam essa política. Assim, os planos que os países imperialistas vêm implementando sobre a classe trabalhadora também são aplicados nos países dependentes do capital externo.

O grande problema para os trabalhadores são suas direções que não chamam a luta contra os ataques, o que está por trás disso é o fato de que defendem a continuidade do capitalismo. Querem apenas “reformá-lo” para que se torne “mais humano”.

E, por incrível que pareça, são as direções que surgiram contra os tradicionais “pelegos”. Empregam os mesmos métodos e tem a mesma política. Apenas apresentam propostas mais “radicais” de reformas.

Por não conseguirem chegar junto do proletariado, as direções mais novas abraçam os movimentos sociais e acreditam que através dessas lutas irão atrair o movimento operário.

Mas o fato é que abandonaram o marxismo e não acreditam mais que o operariado será o motor da revolução socialista. Hoje, nos deparamos com o revisionismo do marxismo, por isso, a IV Internacional precisa ser reconstruída sobre as bases do Programa de Transição e Revolução Permanente de Trotsky.

BRASIL

No Brasil, o governo que irá assumir em 2019 é de Bolsonaro, que é a expressão de um setor do exército e representantes da ideologia mais reacionária da burguesia; defende a tortura, a matança racial, a

violência de gênero. É representante de um setor do agronegócio, dos fazendeiros e da igreja evangelista, que move milhões de dólares com o negócio da fé.

Também conseguiu capitalizar os descontentes com os governos do PT e com a corrupção.

O pano de fundo é a situação econômica, que alguns analistas consideram a recessão mais grave da história do país. A guerra comercial lançada pelos EUA contra a China está trazendo sérios conflitos nas relações de força, pois

muitos inversores chineses compraram empresas entre 2016 e 2017 num total de 10 bilhões de dólares. As principais inversões são em infraestrutura, petróleo, gás e energia hidroeétrica, setores que se beneficiaram com a desvalorização do real. Bolsonaro obteve o apoio de Trump logo após os resultados do primeiro turno das eleições.

A intenção se Bolsonaro não é apenas aprovar a reforma da previdência que Temer não conseguiu. Suas intenções estão voltadas para um dos maiores ataques que a classe trabalhadora já sofreu no país. Redução maior ainda das verbas para educação e saúde, desvinculação do salário mínimo da inflação, congelamento dos salários, demissão de funcionários públicos, escola sem partido, militarização de algumas escolas etc.

Sobre a reforma da previdência não é possível determinar qual será o ataque determinante, pois ele se utiliza da tática de confundir, dando declarações contraditórias sobre a reforma. No entanto, com certeza será um ataque profundo. E a burguesia está impaciente, pois quer aprovada essa reforma, inclusive com a possibilidade de capitalização, o que trará para os bancos enormes lucros. Bolsonaro não é fascismo, porque não pode existir fascismo num país semicolonial. Além disso, Bolsonaro não ataca ao Estado “constitucional” brasileiro, é parte dele. É um militar reformado que vem das entranhas do aparato burocrático militar que é o Estado e pretende fortalecê-lo como tal.

As direções apregoam que o fascismo chegou ao Brasil e que para combatê-lo é necessário a união, não da classe operária, mas das organizações que apoiaram Haddad no segundo turno. E construir comitês “de luta” pela democracia.

Não estão preparando os trabalhadores para enfrentarem os ataques. E, numa contradição total sobre a caracterização do governo Bolsonaro, pretendem fazer oposição parlamentar. Com essa política não pretendem construir greves nas categorias e muito menos uma greve geral para barrar a reforma. Muito provavelmente vão chamar marchas, atos públicos com paralisação de 1 dia, ida à Brasília para pressionar os parlamentares e no dia da votação chamarão a greve geral para impedi-la.

Um exemplo da “preocupação” que as direções estão tendo em relação à preparação das lutas é o calendário da CUT para o mês de dezembro com um Seminário: O mundo do Trabalho no Samba, uma Roda de Samba da CUT-SP e somente no dia 19/12 uma Reunião da Direção Executiva. É muito provável que nessa reunião esteja programada a entrega dos presentes do “amigo secreto”.

Só poderemos romper com os ataques de Bolsonaro se nos organizarmos para construir as lutas que serão necessárias. A construção de uma greve geral deve ter em mira de que precisaremos de mais de um dia para derrotar a reforma da previdência.

Educação: Barrar as privatizações e o Programa Escola sem Partido

A campanha eleitoral de Bolsonaro já demonstrava que a educação seria peça fundamental para o seu jogo político na presidência da república. Com uma enxurrada de notícias falsas e um forte discurso “moralista”, Bolsonaro elegeu-se atacando as escolas como espaços de doutrinação comunista e sexualização precoce (aos moldes do Programa Escola sem Partido), situações que teriam fim em seu governo. Como instrumento ideológico estratégico de seu plano de governo, o ataque coordenado à educação pública começa a ganhar corpo com a indicação de Ricardo Velez Rodriguez para o Ministério da Educação.

A indicação de Rodriguez ocorreu após pressão da bancada evangélica por um nome alinhado às suas pautas para a educação, considerada pasta estratégica para este bloco no congresso. O primeiro nome cotado foi do liberal Mozart Neves, diretor do Instituto Ayrton Senna e defensor da inserção de mecanismos de mercado na educação pública, como a padronização curricular, as avaliações externas, a responsabilização por metas e as escolas charters. Apesar de casar bem com a equipe privatista de Bolsonaro, Mozart não foi aceito pelos evangélicos por não ser defensor do Programa Escola sem Partido.

Bancada Evangélica e o Escola Sem Partido

Ricardo Velez Rodriguez, indicado ao governo Bolsonaro pelo astrólogo e “guru” Olavo de Carvalho, é professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e defensor do Programa Escola sem Partido. Sua indicação demonstra a força que possuirá a bancada evangélica no futuro governo para impor sua agenda. Em 2019, os deputados evangélicos ocuparão 84 cadeiras na Câmara e já começam a se articular para pautar as questões educacionais. Em um manifesto assinado por estes deputados denominado “Brasil para os brasileiros”, distribuído durante a campanha eleitoral, as universidades públicas são definidas como “instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista”. De forma semelhante, o futuro ministro defende que o ensino atual está contaminado por “doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista”.

O Programa Escola sem Partido surgiu de forma independente da Igreja Evangélica, porém ganhou mais força e adesão quando convergiu com os evangélicos na defesa do discurso antigênero. Representa, do ponto de vista ideológico, o caminho para a privatização da educação. Além da negação da liberdade para ensinar e do exercício do pensamento crítico, a patrulha ideológica abre espaço para o mercado de escolas particulares e de materiais

didáticos, enquanto a perseguição e criminalização de professores pretende solapar as lutas contra as reformas na defesa da educação pública, gratuita e laica.

Reformas Educacionais e Privatizações

Rodriguez ficou com a pasta da Educação para agradar o conservadorismo da base evangélica, porém o programa liberal defendido por Mozart não foi abandonado. O Instituto Ayrton Senna participa, desde 1994, de parcerias público-privadas em secretarias municipais e estaduais de educação. Seguindo a cartilha do Banco Mundial, defende a privatização da gestão escolar. Nas duas últimas décadas, mecanismos de mercado foram introduzidos na educação pública sem nenhuma descontinuidade entre os governos PSDB e PT (avaliações externas, gestão descentralizada, índices de qualidade, currículo único, etc).

Neste novo governo, na educação, a liberalização econômica e o conservadorismo curricular andarão de mãos dadas nos próximos anos. O governo Bolsonaro, pretende avançar na privatização, seja de forma direta ou indireta, através de repasse de verbas públicas para empresas privadas. Bolsonaro já declarou que institucionalizará o Ensino a Distância, ainda no Ensino Fundamental, para cortar custos e evitar a “doutrinação marxista”. Outra proposta que ganha força na equipe de transição é a política de “voucher” no ensino superior público. A ideia é cobrar mensalidades nas Universidades públicas e fornecer um vale (voucher) para alunos de baixa renda. O mesmo pode ser proposto no Ensino Fundamental: com o congelamento de gastos públicos e o aumento dos mecanismos de mercado, como ranqueamento das escolas via índices da avaliação externas, a solução do governo será oferecer vouchers para pais que queiram matricular seus filhos nas escolas particulares.

O “superministro”, Paulo Guedes, conta com isso. Sua empresa, a Bozano Investimentos, elegeu a educação como foco de seus investimentos, aportando em grupos de escolas, universidades e editoras de livros. A Króton, que detém atualmente mais de 15% das matrículas do Ensino Superior do país, voltou-se para o Ensino Fundamental, comprando rede de escolas e editoras de materiais didáticos. Uma de suas últimas aquisições, a Somos Educação, foi realizada com investimento da Bozano. Como todo investimento, Paulo Guedes espera o retorno que só será possível com o crescimento das escolas particulares e da produção de materiais didáticos. O novo ministro, apoiado no Programa Escola sem Partido e no corte geral de gastos, tem essa tarefa.

EDUCAÇÃO: A APEOESP DEVE ORGANIZAR O LUTA CONTRA AS REFORMAS

Na França, Macron aprovou uma reforma do ensino médio que possibilita às universidades aceitarem os alunos baseadas no histórico escolar e também realizarem vestibulares de acesso aos cursos por elas oferecidos. Em 03 de dezembro, os estudantes começaram a ocupar as escolas e se juntaram à luta dos coletes amarelos contra o aumento do diesel.

No Brasil, os vestibulares já existem há décadas e a proposta para o ensino médio é a privatização das escolas através da permissão do ensino à distância e da “apostilagem”.

A Escola sem Partido vem de encontro à privatização, já que quem defende essa proposta também defende que o currículo deve ser voltado não à ciência, mas às tradições culturais e ao “convívio do lar”. Para isso, também será necessário a confecção de cadernos temáticos. Não é difícil entender porque as igrejas evangélicas defendem com ardor a Escola sem Partido, pois para elas ficará o filão do ensino das ciências que passaram da visão científica para a religiosa.

A luta contra a Escola sem Partido não pode ficar no campo das denúncias. Ela tem que ser organizada dentro da luta dos professores contra a reforma do ensino médio. Essa reforma começará a ser introduzida em 2020, ou talvez no meio de 2019. Não dá mais para esperar pelo que vai acontecer, pois a quantidade de professores que ficarão sem aulas será enorme!

Nas reuniões de representantes que foram realizadas em 30 de novembro, a diretoria da Apeoesp não apresentou a preparação para a luta contra a reforma da previdência. E o “FAX URGENTE” publicado após as

reuniões cita a luta contra a Escola sem Partido e pelos 10,15%.

Durante os anos de 2017 e 2018 a diretoria teve a política de negociação e pressão sobre o governo Alckmin. Com a saída deste para concorrer à eleição, a direção considerou que Márcio França seria mais fácil de negociar. Um enorme erro, pois como vice de Alckmin, não haveria como ser “melhor”. E pior, mesmo França declarando apoio a Bolsonaro, a articulação sindical chamou o voto nele contra Dória.

Não aprenderam: O PT chamou o voto em Covas contra Rossi e Maluf. Foi responsável por 8 anos de governo do PSDB no Estado de São Paulo.

Em Campinas a reunião de representantes contou com a apresentação de um seminário de um professor do Dieese. Pela sua intervenção é possível verificar até onde o revisionismo de Marx chegou.

De acordo com o professor, serão os trabalhadores terceirizados que arrastarão o operariado para realizar uma transformação social. Isso porque a terceirização será a forma mais usual de contratação. Não existe mais a classe operária, e sim a classe terceirizada.

Por fim, a diretoria da Apeoesp pode até chamar uma greve pelos 10,15%, mas totalmente burocratizada, aos moldes da greve de 2015.

A Apeoesp tem que organizar a luta contra a reforma da previdência, contra a reforma do ensino médio, contra a Escola sem Partido e pelos 10,15% ao mesmo tempo!

E fazendo essa luta ao mesmo tempo é possível a ocupação das escolas, pois teremos o apoio dos estudantes que são contra a reforma do ensino médio e a Escola sem Partido.

É urgente a convocação de uma Greve Geral!

As políticas já aprovadas como o teto dos gastos, a reforma trabalhista e a reforma do Ensino Médio articuladas com as que serão implementadas pelo novo governo levam o ataque conjunto à educação a um novo patamar. Ameaçam não apenas o acesso ao conhecimento de grande parte da população trabalhadora, como também o emprego de milhares de trabalhadores da educação, seja pela demissão ou precarização do vínculo de trabalho. A luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade tornou-se mais do que uma bandeira pela formação do trabalhador e seu acesso ao conhecimento socialmente produzido, mas uma luta pelo próprio trabalho em educação.

É necessária uma resistência organizada dos trabalhadores da Educação. É preciso recuperar os sindicatos das burocracias traidoras cuja única política é chamar voto em períodos eleitorais. É necessária uma **Greve Geral** dos trabalhadores da educação! Só com os métodos próprios de luta poderemos resistir aos ataques!

SÃO PAULO: RETOMAR A GREVE PARA ENTERRAR O SAMPAPREV

Passado o período eleitoral e as típicas negociações entre bases parlamentares, a Câmara Municipal e o executivo municipal, agora sob mandato de Covas (PSDB), retomam a tramitação do PL 621/16 que institui o SAMPAPREV e o aumento das alíquotas previdenciárias de 11% para 14% até 19%. A reforma da

Previdência é parte do ajuste imposto pelos governos para passar os custos da crise econômica aos trabalhadores. Aos 10 anos completos da crise econômica instaurada no seio do imperialismo, o que as burguesias impõem é uma nova relação entre as classes e o Estado, na qual os trabalhadores devem arcar com os

custos da manutenção do mesmo. A reforma da Previdência é parte desde ajuste não só no Brasil, como no resto do mundo, com maior ou menor resistência.

Aqui, a reforma da Previdência está presente tanto na pauta federal (mudança constitucional que aumentará o tempo de serviço e idade mínima, além de unificar os regimes), como nas pautas de governos estaduais e municipais, cujas mudanças nas alíquotas e a criação de previdência complementar independem de mudanças constitucionais. Em São Paulo, o Sampaprev tem a função de aumentar as alíquotas de contribuição dos trabalhadores para o município e, ao mesmo tempo, beneficiar os banqueiros com o regime complementar na forma de capitalização.

Em março, os trabalhadores do município, principalmente da educação, já demonstraram capacidade para derrotar o projeto. A suspensão do PL só foi possível pela greve unificada do funcionalismo municipal com assembleias com milhares de trabalhadores nas ruas, atos organizados pelas bases nas regiões, além do enfrentamento direto com a repressão do governo. E, apesar do centralização e controle das burocracias, os trabalhadores demonstraram que não cederiam e não vão ceder ao confisco salarial.

Agora, às vésperas do recesso e férias escolares, o governo tenta mais uma queda de braço com os servidores. Instaurou a Comissão de Estudos do Projeto 621/16 cujo relator é o defensor do Estado mínimo e do Escola sem Partido, Fernando Holiday (MBL/DEM), com a intenção de aprová-lo ainda este ano. O governo é quer driblar o movimento de luta e resistência, aprovando o projeto durante o recesso e as férias dos trabalhadores da educação, maior e mais combativa categoria dentre os servidores municipais.

A direção do Sinpeem, contudo, coloca a organização da luta atrelada ao calendário parlamentar e, como vereador da base do apoio do governo, o presidente Claudio Fonseca aposta na sua atuação parlamentar como fundamental para barrar o projeto. O Sinpeem realizou um Congresso com mais de 4 mil delegados em outubro e, mais uma vez, os espaços de discussão e organização da resistência dos trabalhadores (o centro de qualquer congresso sindical) foram dissipados em shows e palestras.

Não muito diferente, as direções minoritárias do Sinpeem, de correntes centristas e reformistas permaneceram em campanha eleitoral, chamando o voto “crítico” em Haddad. Ao invés de cumprirem um papel combativo nas instâncias do sindicato, adaptam-se totalmente ao estado burguês e fomentam nos trabalhadores a ilusão de uma “boa” democracia capitalista. E com o retorno da tramitação do Sampaprev, continuam reforçando a luta por vias parlamentares, apostando nos mandatos de seus partidos na Câmara em oposição ao mandato do presidente do sindicato.

A derrota do Sampaprev não se dará pelas vias parlamentares, assim como a Reforma da Previdência federal não seria engavetada se Haddad fosse eleito. Basta lembrarmos que o Sampaprev é fruto do governo Haddad no município. Os trabalhadores do município já mostraram qual é o caminho da resistência. Nenhuma ilusão na democracia burguesa e nas suas instituições. Precisamos retomar a Greve Geral do funcionalismo com assembleias unificadas, ocupar novamente as ruas das principais vias da cidade e também nos bairros. Só a luta direta dos trabalhadores pode barrar a reforma!

Argentina: Solidariedade aos Ferroviários demitidos!! Nenhuma demissão em Ferroviários!! Belgrano Norte!!

Enquanto se desenrolava a cúpula do G20, para a qual a cidade de Buenos Aires esteve praticamente sitiada com a suspensão total dos serviços de trens, a empresa Ferrovias anunciou a demissão de 29 companheiros de Belgrano Norte. Logo, se supôs que se está planejando desvincular por volta de 400 trabalhadores. Nem bem se conheceu a notícia os companheiros se organizaram e no começo da semana realizaram massivas assembleias para que não ocorra demissão alguma.

A burocracia sindical da UF (Unión Ferroviaria) chamou uma paralisação apenas para quinta-feira dia 06/12. A partir da COR (Corriente Obrera Revolucionaria) chamamos uma paralisação ativa neste dia e exigimos à UF uma paralisação nacional em todas as linhas para enfrentar o plano de ajuste de Macri e aos empresários, com a cumplicidade da burocracia sindical!!

TRQI – TENDÊNCIA PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL
LOI – Brasil COR – Argentina COR - Chile

Contato: loioposicaodeluta@gmail.com